

Sobre a origem psicossomática da moral na obra de Freud «Totem e Tabu»

Pedro Alexandre Magalhães de Saldanha da Gama¹⁰⁵

Metástase

Freud tem na obra *Totem e Tabu* a sua teoria unificadora entre a relatividade geral dos grupos totémicos, as suas proibições e o *quantum* de neurose obsessiva, onde o indivíduo demonstra uma relação de proibição semelhante ao do grupo pré-histórico.

Através de estudos de tribos onde o tempo tem permanecido lento como a frigeração hibernária do sangue quando a locomoção activa cessa, e onde, pois, notar-se-ão ainda espasmos de uma história iniciada na qual encontramos uma comunidade que em muito nos antecede, ou seja, de indivíduos cujo comportamento proibitivo excede qualquer outro geral.

Freud insere-se numa perspectiva social onde factua o início das proibições mais características, prioritárias e reprimíveis da humanidade, proibições essas que poder-se-ão chamar de proibições atómicas que atravessam toda a história, intactas no que conta à sua importância e polémica.

A antropologia tem-se debatido, como é cientificamente perceptível, com a unicidade de material apto a ser estudado e o seu papel único nas incursões pelo mundo pré-histórico, cujas várias etapas se conhecem através dos monumentos e implementos inanimados que restaram dele, sendo que a sua arte, religião e atitude para com a vida edificam-se como a enciclopédia paisagística, pois o carácter interdisciplinar é inevitável nesta ciência recente.

Freud fundamenta-se em descobertas, estudos e factos recolhidos por estudiosos na matéria como Frazer e Long. Passa o autor a relatar, através de estudos aos aborígenes australianos e a outras tribos do pacífico,

¹⁰⁵ Diplomado em Ciência das Religiões pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e doutorando de Ciências Cognitivas da Universidade Livre de Bruxelas.

a relação com máximas imperiais, regras imanentes, prioridades causais e de uma imortalidade grata pela sua orientação geral e judicial que nos chega pelos dois mandamentos alicerçantes de toda uma arquitectura minuciosa e imensa na sua expansão. *Não matarás* e *Não cobiçarás a mulher do próximo* e, acompanhando estes dois mandamentos, está uma impressão mais antiga e repulsiva, o de comer carne humana que terá início, como veremos, na proibição de comer o animal totémico.

Freud encanta-se com estas três particularidades (o horror à morte, ao incesto e a repulsa pela carne humana) pois são aquelas que mais resistiram ao longo dos tempos e que ainda nos chegam, após as várias revoluções terem desprezado muitas outras proibições. Estas mesmas estão tão activas na religião como na pré-história do homem e através da psicanálise Freud notou que estava ainda em evidência no homem moderno e normal, sendo mais activa nos casos obsessivos.

O Totem

O totem (estabelecido pelos próprios clãs, pois nada nos leva a crer que tenha origens alienígenas, poderá quanto muito ser uma imanência hereditária e é com toda a certeza um processo evolucionista da nossa espécie, embora fosse encarado como uma transcendência) é severo no seu rigor, no qual toda a organização social parecia afunilar a este intuito, sendo a sua cognitiva expressão alienada e desabitada por qualquer moral.

Esta prática excedida a quaisquer teorias, conhecida como sistema do totemismo, ocupava o lugar das instituições religiosas e sociais entre estas tribos, subdivididas em grupos menores ou clãs cuja divisão se contextualizava pelo seu totem que dominava lascivamente.

A palavra *totem* foi introduzida em 1791 por J. Long. O significado inerente a este termo estava ligado, via de regra, a um animal, inofensivo ou perigoso, mas também a um vegetal ou a um fenómeno natural.

O totem aclarava-se a um antepassado comum do clã, um espírito guardião e auxiliar que, embora perigoso para outros, reconheceria e pouparia os seus próprios filhos, que na actualidade nos chega sob a forma de conduta cultural inserida numa grelha de significado.

Os integrantes do clã estavam na obrigação sagrada (note-se que a moral não delineava a conduta como posteriormente fará) de não matar nem destruir o seu totem e evitar comer a sua carne, estas proibições registrar-se-iam como as mais antigas proibições do homem ao homem e pelo homem. Este carácter era inerente a um indivíduo como a toda a célula no seu vasto conjunto, sendo o totem herdado pela linha tanto masculina como feminina, embora regra geral tivesse sido através da linha masculina.

O horror ao incesto e a ligação com a exogamia

Onde quer que se encontre um totem encontra-se uma restrição contra a relação sexual entre pessoas do mesmo totem. Alguns investigadores supõem que a exogamia originalmente nada tivesse a ver com totemismo, mas que se vinculou a este numa época em que as restrições matrimoniais se tornaram necessárias. Esta exogamia predominava, segundo McLennen, devido à prática de matar a maioria das crianças do sexo feminino à nascença o que conduziria a uma escassez de mulheres nas sociedades primitivas.

A violação desta proibição não é de punição automática como no caso da morte do animal totémico, esta é vingada de maneira mais enérgica por todo o grupo – como se impedisse um perigo que ameaça toda a comunidade.

A exogamia vinculada ao totem torna impossível ao homem as relações sexuais com todas as mulheres do seu próprio clã – como se fossem parentes pelo sangue – onde a descendência se faz pela linha masculina, se um indivíduo do totem canguru casar-se com uma mulher do totem zebra todos os seus filhos e filhas pertencerão ao clã canguru – e os regulamentos totémicos tornarão impossível a um filho desse casamento ter relações sexuais incestuosas com a sua mãe ou irmã que são, como ele, do clã canguru (nítida semelhança com as obrigatoriedades morais que ganharão força pela história onde serão inseridas num espaço simbólico complexo onde o indivíduo ao participar dessa comunicabilidade irá aprender que certas regras fazem parte do bom funcionamento entre os emissores e receptores. Este incesto é umas das regras desse campo simbólico que se auto-gera com a ligação entre as regras.

Todos os que descendem do mesmo totem são parentes consanguíneos que formam uma família única onde mesmo o mais distante grau de parentesco é impedimento absoluto para as relações sexuais.

Os estudos levados a cabo demonstram que os selvagens têm um horror excepcional ao incesto e aliam isso à substituição do parentesco consanguíneo real pelo parentesco totêmico – evitando assim, a meu ver, uma hereditariedade restrita, muito limitada e pouco eficaz, que seria a linhagem directa do sangue, o que poria em risco a ordem dentro de um clã mais elaborado e complexo, devido à impotente capacidade regenerativa genética (neste caso) perante uma homogênea, homóloga e exógena directriz de um DNA sem informação suficiente para se emancipar do erro¹⁰⁶.

Nesta rota mais ampla do totemismo, a linhagem de uma certa tribo australiana para expressar os diversos graus de parentescos não denota uma relação entre dois indivíduos mas sim entre um indivíduo e um grupo e neste sistema classificatório um homem utiliza o termo «pai» não apenas para o seu verdadeiro genitor mas para todos os homens com que a sua mãe poderia ter-se casado, de acordo com a lei tribal e que o poderia ter gerado, assim também é o caso da mãe em relação à possibilidade de homens, como também o caso de «irmãos» e «irmãs».

Estes termos de parentesco e esta definição grupal remetem a importância individual para segundo plano, representando os relacionamentos mais sociais do que físicos ao que os investigadores, no caso dos nativos Australianos, consideram que esse sistema grupal procedeu, dessa maneira, ao casamento individual entre esse povos.

Concluindo o autor que esse matrimónio de grupo terá ocupado o lugar do casamento individual com fim a evitar, de maneira excessiva, o incesto, daqui se propor que estes nativos sofriam de um horror que não se nos depreende, mas a própria exogamia totêmica parece ter constituído o meio apropriado para impedir o incesto grupal – ao que pretendo rematar, que estes nativos viveram uma experiência marcante na sua mais remota

¹⁰⁶ Para além das doenças genéticas da hereditariedade circular, também são conhecidos os problemas provocados por uma certa endogenia praticada por todas as monarquias, como o casamento dos primos e mesmo, por vezes, de irmão para garantir a estirpe autêntica, o que se revelou falso e contrário.

antiguidade, em que o *homo sapiens* sofreu sangrentos confrontos devido à partilha da fêmea, não só na época de acasalamento como fora desta, a fêmea representaria, entre outras, uma causa de constantes confrontos e de instabilidade.

Assim se apresenta inexoravelmente (embora a relação histórica entre as classes matrimoniais e os clãs totémicos sejam obscuros e que estas disposições visem o mesmo objectivo do que a exogamia totémica) que a exogamia totémica dá a impressão de ser uma ordenação sagrada de origem desconhecida – um costume e que a complicada instituição das classes matrimoniais parece mais o resultado de uma legislação deliberada, que pode talvez Ter-se encarregue de assumir a prevenção do incesto.

Freud faz de seguida a projecção para o valor das religiões mais complexas e elaboradas como é o caso da vertente cristã, a igreja Católica que estendeu a antiga proibição contra o matrimónio entre irmãos ao casamento entre os que são meramente parentes espirituais como os padrinhos e os afilhados, e aqui como na exogamia totémica, o parentesco consanguíneo real é substituído pelo parentesco totémico, como não só é proibido o incesto entre irmãos e parentes de sangue, como também membros da família (padrinhos, madrinhas, afilhados).

Incesto entre pais e filhos e irmãos e irmãs

Na Melanésia – nas relações do menino com a mãe e suas irmãs – quando um menino chega a uma certa idade deixa de morar em casa dos seus pais e aloja-se numa *casa comum* onde passa a comer e a dormir regularmente, pode ainda ir a casa do pai pedir comida, mas, se alguma irmã estiver em casa, terá que ir embora mesmo antes de comer, e se nenhuma irmã lá estiver, então poderá sentar-se perto da porta e comer.

Se, por acaso, um irmão e uma irmã se encontrarem ao ar livre, ela terá que fugir a correr, escondendo-se.

Na realidade, ele nem sequer pode pronunciar o nome dela ou uma palavra comum se fizer parte desse nome. Esta proibição começa com as cerimónias da puberdade e prolonga-se por toda a vida.

A reserva entre o filho e a mãe é similar na sua rigidez: se a mãe traz comida, não a entrega directamente ao filho, coloca-a no chão para que ele a apanhe.

Em New Mecklenburg, os primos de certos graus estão sujeitos a restrições semelhantes às estabelecidas para irmãos e irmãs.

No exemplo seguinte é de se notar explicitamente a segurança prevista por essas proibições rigorosas como forma de conferir aos impulsos selvagens e intrínsecos o estatuto de legislados como proibição: entre os Bats da Sumatra – o pai não pode, nunca, ficar sozinho com a filha em casa, nem a mãe o pode com o filho. Para essas pessoas um encontro a sós entre um homem e uma mulher conduziria natural, espontânea, obrigatoriamente, quanto a uma natureza ao que tudo indica conhecida destes «selvagens», e inevitavelmente a uma intimidade imprópria entre eles.

Incesto entre genros e sogros

Mas as restrições ao incesto adquirem uma amplitude, a meu ver mais interessante em termos psicológicos, mais do que os óbvios entre pais e filhos, talvez por me ser tão próximo, refiro-me às proibições que se prolongam dos noivos às mães das noivas (às sogras), esta restrição é mais difundida, como se nota entre os bantos orientais: citando Frazer: *O costume exige que o homem tenha vergonha da mãe da sua esposa e se esquive deliberadamente à sua companhia e se não poder evitar-se amarra um talo de capim à volta da cabeça, como símbolo de evitação cerimonial.*

Porquê o horror tão grande de tentação apresentada a um homem por uma mulher idosa, que poderia ser, mas não é de facto, sua mãe? Nesta suposição se funda a força restritiva transviada, embora pela presença de outra mulher, a sua noiva, mais nova, a sogra representa o exemplo primeiro de incesto para com a mãe, pois a sua sogra é uma figura materna, embora não sua, representa o incesto do filho para com a mãe tendo como força maior o facto de esta (sogra) ser uma mulher e a mãe da mulher que deseja, representando um duplo impulso a ser retraído, melhor, proibido.

São várias as teorias atribuídas à origem da atitude da sogra para com o genro, analisemos algumas (Taylor, 1889).

O tratamento dado ao genro pela sogra constitui simplesmente uma forma de «cortar relações» ou de não reconhecimento pela família da esposa em relação ao noivo: o noivo é encarado como um «estranho» até nascer o primeiro filho – aqui poder-se-ia defender um não reconhecimento de sangue. Crawley (1902, citando Leslie, 1875), diz que uma mulher Zulu, interrogada sobre o fundamento da proibição, deu a seguinte resposta: *Não é direito que ele veja os seios que amamentaram a sua esposa*. Nesta resposta há duas naturezas distintas que remetem ao horror protegido pelo incesto: os seios são uma zona erógena, logo, um atractivo sexual e são também uma fonte de alimentação da criança e estes dois não se podem cruzar, remetendo ao incesto primeiro: a mãe com o filho. Outra abordagem seria que o noivo ao ver os seios da mãe da sua noiva lembrar-se-ia, na sua inconsciência, dos dias de amamentação dele próprio o que sugeria uma semelhança de sangue entre ele e a mulher com quem vai casar que também, como ele, amamentou, o que traria o primeiro problema de volta: o noivo estaria noivo da sua própria irmã, o que seria incesto.

Nos povos brancos da Europa esta relação é uma relação *ambivalente*, composta de impulsos conflitantes, afectuosos e hostis, e alguns destes impulsos são bastante óbvios: do lado da sogra existe a relutância de largar a filha que esteve dentro do seu próprio corpo, a desconfiança para com o estranho a quem esta é entregue – este é um impulso de manter a posição dominante que ocupou em sua própria casa.

Do lado do genro: há uma determinação de não se submeter mais à vontade de outrem (dos pais que deixou) e também o ciúme para com alguém (os pais da sua noiva) que possui a afeição da sua esposa antes dele. Para além destas duas condições existe uma terceira com mais força por ser a que mais se aproxima do acto incestuoso e da sua sexualidade inerente: a resistência a algo que interfere na super-valorização ilusória originada pelos seus sentimentos sexuais: a figura da sogra geralmente causa esta interferência porque tem muitas características que lhe lembram a filha com quem vai casar (e praticar rituais sexuais) e, não obstante, carece de

todos os encantos de juventude, beleza e frescor espiritual, que fazem da sua esposa uma pessoa atraente para ele, contudo essa dissemelhança fazem-no lembrar a mãe.

A ambivalência que a visão da sogra provoca, a filha com quem fará sexo e o comportamento materno que esta tem para com a filha que lhe recordam o comportamento da sua própria mãe para com ele, embora muito subtil, pois devido à decadência física os impulsos prazerosos sexuais declinam bastante, o que faz com que não haja o disputar de uma atracção sexual e o sentimento de mãe.

Segundo Freud, descobre-se geralmente que o homem escolheu a mãe como objecto de amor, e talvez a irmã também, antes de chegar à escolha final – a mulher com quem vai casar-se – alguém exterior à família. Por causa da barreira contra o incesto, o seu amor é desviado das duas figuras sobre quem a sua afeição se centralizava na infância para um objecto externo modelado sobre essas mesmas figuras.

O lugar da sua própria mãe, que é também mãe da sua irmã, é assumido pela sogra, porém o repúdio que nutre sobre o incesto é facilitado pelo facto de ser a sogra apenas uma figura contemporânea; ele não a conheceu durante toda a vida, logo não existe uma representação imutável dela preservada no seu inconsciente.

A abordagem de Freud emprega o método psicanalítico sobre os factos da psicologia social, explicando que o horror ao incesto tem uma característica infantil e que a primeira escolha de objectos para amar feita por um menino é incestuosa. Como objecto das proibições estão a mãe e a irmã da criança, núcleo de muitas das pesquisas da psicanálise.

Finalizando a primeira arbitrariedade do autor sobre a análise de um dos mais coesos e manifestes pilares da estrutura social – o incesto – este é, antes de tudo, um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos primitivos desejos, hoje dominados pelo recalçamento.

Tabu e ambivalência emocional

Tabu é um termo Polinésio divergindo em si por dois sentidos, tanto é *sagrado, consagrado*, como *misterioso, perigoso, proibido, impuro*, sendo o seu inverso, em Polinésio, *noa* que significa *comum* ou *geralmente acessível*. Como será mais comum ou mesmo automático para a cultura ocidental relacionar o tabu com proibições religiosas ou morais, a verdade é que não se baseia em nenhuma ordem divina pois não designa nenhum sistema que declare que certas abstinências devem ser tidas, assim sendo, o tabu não é acção de um modo constitucional.

No entanto a sua força é primeva na conquista das demandas morais e leis obrigatórias, há quem diga que são as leis não escritas mais antigas do homem e que é mais antigo do que os deuses, remontando a um período anterior à existência de qualquer espécie de religião, isto é, como aglomerado de seguidores.

Os objectivos do tabu são vários, referindo-se a pessoas importantes, à salvaguarda dos fracos ou dos poderosos chefes e sacerdotes, à precaução contra o perigo do contacto com cadáveres ou ingestão de certos alimentos, guardando os nascimentos, iniciações ou casamento bem como à protecção dos seres humanos contra a cólera dos deuses ou espíritos. A sua violação é punida pelo próprio tabu o que desmistifica a coordenação e deliberação destas pelo homem como o fará mais tarde com os contractos sociais, porém é vitamínico remontar a si os primeiros sistemas penais humanos.

Essas proibições dirigem-se principalmente contra a liberdade de prazer e contra a liberdade de comunicação e movimento, em alguns casos visa claramente a abstinência e a renúncia, mas por detrás dessas proibições há um imperativo, é necessário, diz a teoria, porque há certas pessoas e coisas que estão carregadas de um poder perigoso que pode ser transferido através do contacto com elas, é quase como que uma infecção. Essas pessoas que violam o tabu adquirem elas mesmas a característica de ser proibidas pois atreveram-se a procurar o interdito, interdito esse que passa de animais a seres humanos, a propriedade pertencente a um certo indivíduo, até certas condições exteriores. O tabu é o poder demoníaco e este proíbe qualquer coisa que possa provocar esse poder.

Freud faz convergir o mistério das origens do tabu com o das proibições obsessivas dos neuróticos, pois ambos são igualmente destituídos de motivo ou têm origens misteriosas.

Surgidas em certos momentos, são forçosamente mantidas por um medo irresistível, não sendo necessária nenhuma ameaça externa de punição (tanto no neurótico como nas consequências após a violação do tabu), pois há uma certeza interna de que qualquer violação levará à desgraça insuportável.

Os pacientes obsessivos comportam-se como se as pessoas e coisas impossíveis fossem portadoras de uma perigosa infecção passível de disseminar-se pelo contacto de todas as coisas na sua vizinhança. Assim como aquele que ao entrar em contacto com o tabu toma-se ele mesmo tabu.

O autor analisa as proibições obsessivas que envolvem renúncias e restrições tão extensivas como o tabu. Também a suspensão destas é lugar para analogia entre a acção necessária e realizável, o que torna o acto compulsivo ou obsessivo, e a cerimónia de expiação (selvagem) penitência (forma cristã de expiação), purificação ou medida defensiva – da mesma natureza. Propondo-se reconstruir o tabu sobre o modelo das proibições obsessivas, reconhece o autor que os tabus são proibições da antiguidade primeva que foram impostos (assim como a negação do desejo na neurose obsessiva) a uma geração de homens primitivos, de forma violenta, por outra geração anterior, e que estas proibições devem ter estado relacionadas com actividades para as quais havia uma forte inclinação, persistindo de geração para geração como resultado da tradição transmitida através da autoridade paternal e social.

Assim como no caso individual da neurose obsessiva, o desejo original de fazer a coisa proibida, as tribos têm uma atitude ambivalente com os tabus. No seu inconsciente, a vontade de violar esse tabu persiste como uma nascente fluvial, porém temem fazê-lo porque, precisamente, gostariam, mas o medo é mais forte do que o desejo.

O desejo está em cada membro individual da tribo, do mesmo modo em que está nos neuróticos.

Resumindo, a base do tabu é a de uma acção proibitiva, para cuja realização existem fortes inclinações do inconsciente.

O tabu relativo aos inimigos e o tratamento dos inimigos

Entre os povos selvagens e semi-selvagens a morte de um homem é regida por grande número de observâncias que estão incluídas entre as práticas do tabu.

Nos rituais levados a efeito na ilha de Timor (Indonésia), após o retomo do combate o chefe da expedição é submetido a severas restrições e são oferecidos sacrificios para apaziguar as almas dos homens cujas cabeças foram cortadas. Da cerimónia também consiste uma dança acompanhada por um cântico no qual a morte do homem assassinado é lamentada e suplicado o seu perdão.

Noutras tribos há severas restrições como o luto, a proibição do retomo do assassino à sua casa sem antes ficar isolado por tempo determinado e submetido a uma purificação corporal espiritual não podendo durante esse tempo encontrar-se com a esposa (acto sexual negado para não passar a maldição de que está a ser alvo pela alma do morto, através do sêmen) nem alimentar-se a si próprio (as mãos que mataram não podem servir para alimentar a vida - a morte não pode ter recompensa, não pode conviver com a vida, não ao estilo do *Eros* e *Thanatos* grego), nem muitas vezes podem durante esse tempo ingerir qualquer tipo de carne, somente vegetais e os recipientes em que comem são abandonados.

Entre os *Monumbados* da Nova Guiné Alemã, quem quer que tenha morto um inimigo na guerra, toma-se por isso impuro.

Porém um dos casos mais radicais será entre os índios *Prima* da América do Norte, que levavam o tabu de matar muito mais a sério do que os seus inimigos, não adiando a expiação e a purificação até ao fim da expedição. Assim sendo, o resultado era paradoxal, pois a sua eficácia guerreira era em muito prejudicada pela sua rigidez «moral».

O que todos estes selvagens e semi-selvagens têm em comum entre si são os actos de expiação e purificação por parte de quem mata, matou ou matará.

Poder-se-á dizer, com segurança, que nestes selvagens exaltava-se as manifestações de admiração, remorso e consciência do acto paradoxal pelo qual lutavam – a expiação será um possível redimir, uma troca material, uma igualdade de dor.

Assim, muito antes de uma tábua de leis ter sido legada por qualquer deus, estes selvagens estavam na posse de um mandamento vivo: «não matarás», cuja violação não passaria sem punição. Embora saísse vitorioso e as mortes tivessem sido num contexto defensivo ou mesmo estratégico, o guerreiro era considerado assassino e tinha que apaziguar os espíritos, pagando o seu crime, com rituais de restrições e apaziguamento.

O guerreiro atreveu-se a tirar a vida a outro homem, quebrando o tabu *Não matarás*, e mesmo que tivesse sido inevitável, ele vai ter que pagar por essa restrição permitida mas não consentida em toda a sua grandeza. O perigo é tivesse quebrado a proibição, estado em contacto com o tabu, provando o fruto proibido, prazer esse recalcado a todo o homem. Se este não fosse punido exemplarmente poderia suscitar a vontade dos outros membros em soltar esse impulso proibido e recalcado.

O tabu relativo aos governantes e a ambivalência emocional nos selvagens

A atitude dos povos primitivos para com os seus reis, chefes ou sacerdotes, ao contrário do classicismo onde se insere numa caracterização divina, na preocupação do termo, ou seja um representante de um deus já uno e antropológicamente preocupado, que poderemos considerar de racionalista apesar das discussões em torno de uma metodologia *in quo* ou ideologia imanente, era a de uma ambivalência inata, como mais tarde Freud reconhecerá na neurose obsessiva: um governante não só deve ser protegido, como os seus «súbditos» devem proteger-se contra ele.

No que toca à protecção necessária contra o seu efeito, a preocupação nota-se no facto destes constituírem veículos de poder mágico misterioso e que se transmite pelo contacto, como uma carga eléctrica que mata a quem não estiver protegido por uma carga semelhante. Qualquer contacto imediato com essa entidade sagrada e perigosa é evitado, caso não puder ser, ser-lhe-á

prestado qualquer tipo de cerimônia antidotoriana, como no caso dos *Nubas* da África Oriental, que acreditam que entrar na casa do seu rei sacerdote é encontrar a morte, porém podem escapar à pena desnudando o ombro esquerdo e fazer o rei pousar a mão nele.

Esta ambivalência decorre do sentimento dualista impotente à regra exterior que não é certa, assim como é negativa esta relação com o rei-sacerdote, também é necessário proteger o rei contra toda a forma possível de perigo, pois este é de imensa importância para os seus súbditos, pois é a sua pessoa, estritamente falando, que regula todo o curso da existência.

Embora este sentimento para com a autoridade seja dualista, o seu fundamento é uno e universal, apenas divisível na suas presentes formas, a de opostos complementares: Este fundamento de uma realidade universal do egoísmo individual, imponentemente visível nas descrições feitas da conduta dos súbditos para com o sumo-sacerdote, que paradoxalmente são levadas ao paroxismo. O rei como pessoa individual não existe, ele é partilhado por todos tanto quantitativamente como qualitativamente, logo este não pode ter qualquer tipo de relação multiforme ou centrada em qualquer membro em particular sobre o cunho de acontecerem «coisas más» sobre a comunidade, ele é isolado e inacessível. Este ponto reflecte o complexo sistema humano patente, em que o objecto do poder tem que ser imparcial, pois o perigo de uma dispersão de vontades levaria à destituição da comunidade. Aqui encontra-se, desde já uma identificação de comunidade imparcial, uma democracia paradoxal, quanto à dispersa e disforme *doxa*, isto é, sem vontade pessoal e sem referência à satisfação diferencial do prazer.

Um rei deste tipo vive confinado a uma rede de proibições e observâncias cuja intenção não é contribuir para a sua dignidade ou conforto, mas impedi-lo de condutas que possam envolver o seu povo e o universo numa única catástrofe comum. Esta observância destrói a sua liberdade, tomando a sua própria vida um fardo para ele.

O que aqui se apresenta é uma condição de exemplo à conduta comum onde a liberdade individual, prazerosa e sem regras, é excluída para o bem da comunidade e o chefe é dado como exemplo, como um bode expiatório constante em que na sua pessoa não pode existir qualquer iniciação de

individualidade e a ele, mais do que a qualquer outro membro, é-lhe amputada qualquer iniciativa sob pena de incitar à satisfação individual que é tão herculianamente interdita.

Na África Ocidental, em Shark Point, perto do cabo Padron, na Baixa Guiné, vive o rei-sacerdote Kukulu, sozinho numa floresta. Não pode tocar em mulheres nem sair de casa; na verdade, não pode nem mesmo livrar-se da cadeira, na qual é obrigado a dormir sentado, porque se este se deita, nenhum vento se levantará e a navegação seria interrompida.

A posição do rei-sacerdote já não é invejável mas temida e indesejável. Quanto mais poderoso é mais tabus está obrigado a observar. O herdeiro do trono também está sujeito aos tabus desde a infância. Esta conduta de sofrimento é levada ao extremo quando em *Niui*, uma ilha de coral ao sul do pacífico, a monarquia chegou ao fim porque ninguém pode ser induzido a assumir o responsável e perigoso ofício; e na África Ocidental, quando o rei morre, um conselho de família reúne-se secretamente para determinar o seu sucessor; e uma vez escolhido, é aprisionado e amarrado até consentir em aceitar a coroa. Outro exemplo ocidentalmente insólito é o dos nativos da Serra Leoa, onde a resistência à aceitação da honra de realza se tornou tão grande que muitas tribos foram obrigadas a escolher forasteiros como reis. Aqui já não nos restam mais dúvidas de que este poder é a forma de expiação contínua, assim como exemplo e regra de conduta.

Esta forma de repressão exemplifica como os súbditos não acreditam cegamente na conduta do seu chefe, quanto ao rumo dos seus poderes, e isto é-nos familiar quanto à sua acção antropológica, onde o sumo-sacerdote, possuindo incontáveis poderes, pode cair na tentação humana de utilizar estes com fim à sua única e exclusiva satisfação. No líder, os súbditos espelham a sua existência, e esta repressão é efectuada de modo a servir como exemplo por tempo determinado somente pela sua morte. O líder que sofre uma expiação é, ele próprio, um possível acto de potência maligna presente em cada um dos seus membros.

Estes impulsos opostos nos extremos assemelham-se à contradição que Freud diagnosticou nos casos de neurose,¹⁰⁷ especialmente o de

¹⁰⁷ Segundo Freud, o sintoma neurótico exprime um desejo que não pode exprimir-se directamente dado que está recalcado. Porém existe um compromisso entre o desejo e o recalco numa

neuroses obsessivas,¹⁰⁸ em que esta ocorre onde há um sentimento predominantemente de afeição, mas também uma corrente de hostilidade (aqui é inconsciente - exemplo de uma atitude emocional ambivalente) que é silenciada por uma intensificação excessiva de afeição que se toma compulsiva, porque se assim não fosse desempenharia a função de manter sobre repressão a corrente de sentimento contrária e inconsciente (a hostilidade). Esta situação de ambivalência emocional é a característica do conceito edipiano e que Freud vê representada entre os selvagens da Serra Leoa, em que, ao elegerem o rei, reserva-se-lhe o direito de espancá-lo na véspera da coroação, por vezes concluindo-se o dito «festejo» mortalmente. Aqui também a hostilidade não é admitida como tal, mas disfarçada em cerimonial – como a cerimónia do bode expiatório.¹⁰⁹ Mas Freud vai mais além e liga a atitude de um selvagem para com o seu governante, como a atitude infantil de uma criança para com o pai, onde o primeiro, elevando o governante à categoria de pai, coloca-o numa posição em que pode culpá-lo de todos os infortúnios.

Assim se passa com o neurótico no *delírio persecutório* em que a importância de uma determinada pessoa é imensamente exagerada e o seu poder absoluto é aumentado, a fim de poder ser mais fácil torná-lo responsável por tudo o que de desagradável o paciente possa experimentar¹¹⁰

sublimação mais aceitável do primeiro. É de deixar claro que a neurose é diferente das perturbações psicossomáticas (úlceras e outras perturbações gástricas) e das que relevam da neurologia (epilepsia...)

¹⁰⁸ A neurose obsessiva, segundo Freud, constitui, juntamente com a histeria, uma das grandes vertentes da neurose. Os sintomas são marcados por ideias obsessivas, compulsão para realizar determinados actos, luta contra estes impulsos sob a influência de interditos, sentimentos de culpa, dúvida, escrúpulos (destinado ao exterior e a manter uma certa estabilidade entre os pólos adversativos), tendência para a superstição, inibição do pensamento e da acção

¹⁰⁹ GIRARD, R. (1999). *Des choses cachées depuis la fondation du monde*. Paris : Grasset. O autor observou na tragédia grega o fenómeno da expulsão colectiva do herói, como uma função terapêutica. A hipótese da *vítima expiatória* traz à luz as exegeses bíblicas da tradição judeo-cristã: situados no paroxismo da crise, os indivíduos tornam-se rivais por meio da *mimesis* (eterno retomo da violência), como numa escalada epidémica da violência (princípio de morte); nesta loucura mimética, todos são inimigos de todos, devido à supressão das diferenças que põe em risco a subsistência da identidade comunitária. Girard descobre a solução, a partir da leitura alargada dos ritos ocidentais e médio-orientais, na figura do linchamento colectivo, constituindo a vítima do linchamento a polarização em marca distintiva, geradora de uma diferença no seio da indiferenciação mimética. O bode expiatório leva a purificação dos grupos humanos onde a violência atormenta, como a lobotomia praticada na época “cavernosa” da neurocirurgia, onde era perfurado o pré-frontal do crânio para que houvesse uma ventilação, acalmando assim os casos mais graves de ansiedade e esquizofrenia. Segundo René Girard, a figura do linchamento colectivo é o arquétipo de todos os rituais de sacrifícios.

¹¹⁰ Este fenómeno está exemplificado em: FREUD, S. (1969). *Fragmentos de análise de um caso de Histeria – o caso Dora*. Rio de Janeiro: Imago.

– Os selvagens comportam-se da mesma maneira com os seus reis quando lhes atribuem o poder sobre a chuva, o sol, o vento e o clima e depois depõem-nos ou matam-nos se a natureza desaponta as suas esperanças de uma caçada, ou colheita em sucedida.

Conclusão: O tabu que pesa sobre o rei é a contra-partida exacta do acto obsessivo da neurose, no qual o impulso suprimido e o impulso que o suprime encontram satisfação simultânea e comum: O acto obsessivo é ostensivamente (conscientemente) uma protecção contra o acto proibido, mas na realidade (inconscientemente) trata-se de uma repetição dele, assim como o tabu dos reis constitui ostensivamente a mais alta honra e protecção para os seus súbditos, mas na realidade (inconscientemente) trata-se de um castigo pela sua exaltação, uma vingança sobre ele.

A atitude emocional para com os governantes inclui um elemento inconsciente de hostilidade tão poderoso quanto o complexo de emoções da criança para com o pai.

O tabu em relação aos mortos

Os mortos são poderosos soberanos e o tabu que pesa sobre estes é como uma forma de infecção entre os primitivos. Mas o tabu não recai unicamente sobre o cadáver. Como os tabus em geral, a infecção é-lhes comum e o viúvo adquire uma dimensão de tabu: *No distrito Mekeo da Nova Guiné Britânica, o viúvo perde todos os tipos de direitos civis e toma-se um pária social, um objecto de medo e horror, evitado por todos. Não pode cultivar um jardim nem aparecer em público, nem andar pelas estradas e caminhos, tem que esconder-se por entre o capinzal se vir ou se escutar alguém. Um homem ao perder a esposa tem de resistir ao desejo de descobrir uma substituta; assim também se impõe à viúva, mas esta, além disso, está sujeita a despertar os desejos de outros homens por se encontrar sem amo e sem senhor.*

Entre os Australianos e Polinésios o tabu eleva-se à proibição de pronunciar o nome da pessoa morta, os Masai da África Oriental mudam o nome do morto logo após a sua morte, assim, pressupõem que o espírito do morto não sabe e não virá a saber o novo nome.

Os selvagens consideram o nome como uma parte essencial do homem e é neste facto que Freud transporta a proibição para o indivíduo neurótico obsessivo, que apresenta uma sensibilidade complexa, como os selvagens que determinados e específicos nomes impõem sérias inibições: um paciente não escrevia o seu nome com medo que pudesse vir a cair nas mãos de alguém que ficaria na posse de uma parte da sua personalidade. Esta atitude que inclui a princípio o seu nome, estendeu-se ao que escrevia, até finalmente deixar de escrever por completo.

Nos selvagens, o horror despertado pelos cadáveres não é só o das mudanças que rapidamente se tomam visíveis, mas também o da crença de que invocar o seu nome será rapidamente seguido da sua presença. Poder-se-á dizer que eles são vítimas de um temor que se transformou em demónio.

A essência do tabu é o medo dos demónios. Os mortos, cheios de desejos de morte, buscam arrastar os vivos consigo. Foi dos cadáveres que o conceito de espíritos maus surgiu pela primeira vez, o que se percebe pela aparência e mudança súbita dos músculos contorcidos, a carne dura e fria, impessoal, como se a alma tivesse sido roubada.

Mesmo os familiares mortos passavam a ter rancor em relação aos vivos, procurando prejudicá-los e roubar-lhes a vida. Tinham inveja e ansiavam pela companhia dos velhos amigos, assim também acontece nas *formas patológicas de luto*, em que o sobrevivente fica atormentado por dúvidas em relação à sua conduta em vida para com o falecido e, isto transporta consigo a presença de uma certa ambivalência de sentimentos em relação ao morto.

Na perspectiva de uma interacção mais elaborada, o autor transporta a questão para o universo do indivíduo, onde essa emoção ambivalente é mais facilmente, que a observada no selvagem comum: em quase todos os casos de neurose obsessiva em que existe uma intensa ligação emocional com uma pessoa em particular, por detrás do amor existe uma hostilidade obscura.

Esta ambivalência é característica da disposição dos neuróticos obsessivos à qual a vida emocional dos povos selvagens muito se assemelha: após uma penosa aflição, os selvagens produzem uma reacção contra a

hostilidade latente no seu inconsciente, semelhante à auto-censura obsessiva no caso dos neuróticos.

Porém, essa hostilidade, aflitivamente sentida como satisfação pela morte (inconsciente), é tratada de forma diferente pelos povos primitivos. Assim, a defesa contra esta assume-se sob forma de deslocação para o objecto de hostilidade, para os próprios mortos. Este procedimento defensivo é conhecido como « projecção ». Diz o autor que o sobrevivente nega que tenha algum dia alimentado sentimentos hostis contra o morto querido, mas sim que é a alma do defunto que alimenta esses sentimentos e procura pô-los em acção durante todo o período de luto.

Dir-se-á que o demónio da morte é uma sublimação do sentimento inconsciente de ambivalência para com o morto: *Não me posso permitir qualquer satisfação com a morte do meu pai, para além de que não era este sentimento que predominava em mim. Sinto-me culpado pois posso ter causado a sua morte porque em certos momentos da sua vida tive desejos e sentimentos maus em relação à sua pessoa.*

Dínase

Pela investigação, tudo leva a crer que os impulsos psíquicos dos povos primitivos fossem caracterizados por uma quantidade maior de ambivalência do que se pode encontrar no homem moderno. Porém, essa ambivalência diminuiu e o tabu desapareceu lentamente, ficando como memória efectiva os estados neuróticos que reproduzem o conflito e o tabu dele resultante, podendo-se dizer que herdaram (no caso particular dos pacientes) uma constituição arcaica, ou melhor a sua significação hibernou de soslaio todo este tempo.

A própria palavra *tabu* é conectada a certas relações humanas específicas, caracterizadas por uma alto grau de ambivalência. Assim, o tabu relaciona-se com uma consciência no seu estado embrionário, uma percepção interna da rejeição de um desejo que vulcanicamente irrompe em nós.

A atitude do selvagem com o tabu é a de auto-censura, auto-condenação lógica. Ao que tudo indica, a consciência só poderá assentir algo mediante um exemplo *a posteriori*, possivelmente assente na sua

memória ou na coreografia múltipla da imaginação; isto é, a consciência trabalha com a apreensão de algo como certo, mediante o seu oposto. Assim parecerá provável que a consciência tenha surgido numa base de ambivalência emocional, que perante as condições e necessidades terá remetido o impossível para uma consistência duradoura – recalçamento inconsciente do impulso de matar –, deixando que o propício para uma defesa e continuação prosseguisse como carácter imperturbável e exemplo a seguir. O autor conclui que o tabu não é uma neurose mas sim uma instituição social e jurídico-moral.

Freud divide as representações humanas do universo que o rodeia e ladeia com a sua inquietação em representação animista, representação religiosa e representação científica, tendo elas em comum a mesma força e determinação racionalmente evolutiva, e as vicissitudes da «omnipotência do pensamento».

O animismo é a primeira tentativa de representação que fornece uma explicação de um fenómeno específico, permitindo apreender todo o universo como uma unidade isolada. Diz o autor que este transporta em si os fundamentos nos quais as religiões virão a beber; neste início, os homens atribuem a omnipotência a si mesmos – principio que chama a si a potência narcísica e reúne, num todo, as pulsões sexuais até então isoladas e dissociadas, que então encontram um objecto estranho, o próprio ego. Esta fase é considerada tão natural como a sua psicologia, que aqui não é enclausurada por nenhuma conduta estrangeira a si.

O animismo apresentou-se no homem primitivo naturalmente. Assim como ele sabia que as coisas eram semelhantes no mundo, exactamente como ele próprio se sentia ser o homem primitivo que transpunha as condições estruturais da sua própria mente para o mundo externo. Pelo animismo, a existência conhece a primeira teoria completa do universo (do caos ao cosmos).

Os clãs totémicos dispõem-se como uma religião e como uma estrutura social (esta a vinculação entre um homem e o seu totem é benéfica e com uma carga energética de um egoísmo que mantém todos unidos, embora paradoxalmente). O homem mostra o respeito por aquele que o protege e

que não o mata. O clã totêmico é uma corporação de homens que se auto-intitulam pelo nome do totem e acreditam possuírem o mesmo sangue, todos descendendo de um ancestral comum, estando ligados entre eles por obrigações mútuas e por uma fé comum a esse totem.

Na sua natural disposição, caracterizam-se pelas relações de respeito mútuo entre si e o seu totem, a sua união mística. O nome comum entre os membros do mesmo clã totêmico e a crença de que descendem desse totem é uma gênese imprescindivelmente religiosa. Esse grupo não poderá caçar, matar, nem comer o seu totem, o que eleva à inevitável comparação posterior de não perseguir homem algum na sua liberdade (trabalho dos iluminados e emancipados modernos como Hobbes, Locke, Rousseau e o gênio kantiano, que fundamenta este homem de esperança).

Quanto mais nos impregnamos na associação, inteligibilidade e discernimento das normas do tabu, veremos em algumas a quase hibernação de certas proibições que resistiram aos longínquos anos de erosão e que chegaram maioritariamente intactas às formas posteriores, racionalizadas e distanciadas destes clãs totêmicos. Assim, o exemplar tabu que impede de mencionar o nome do totem faz lucrar as tinturarias e tipografias dispersando-se pela cronologia e a kairologia.

O tabu constituiu uma disposição crítica e interpretativa das mais belas e complexas exegeses e hermenêuticas da sua raiz lexical, simbólica e lógica no seu sentido religioso – judaico, que tanto apaixonou a idade média filosófica e a teologia cristã como o demonstra a preocupação de Santo Anselmo de Cantuária, navegando na sua prova ontológica da existência de Deus (*Proslogion*); ou no problema de Deus na perspectiva da grande interrogação de fundo, do Êxodo 13, 14 do livro bíblico judaico, em que Deus ordena a Moisés que liberte o povo de Israel da escravidão do Egito. Estes textos afirmam que Moisés recebeu uma incumbência de libertação daquele povo pela voz de Deus que lhe disse: *Vai falar com o faraó e ele que deixe sair o meu povo; e Moisés procurando evadir-se a esta questão repercute: Quem és tu para que eu vá ao Faraó e dizer que tu me enviaste? – Deus – Sou o que sou!* Será uma metalinguagem, será uma Teofania ou simplesmente a ultrapassagem da mortalidade e da antropológica

necessidade de o homem se mover no campo simbólico de que é constituída a linguagem? Dar um nome a Deus seria reivindicá-lo como algo privado e contextualizado meramente a um grupo de emissores e receptores, o que faria com que fosse um deus pequeno e quase animista.

Este, qualquer coisa como Evoé, este tétrograma ou Yahweh (Jeová em Hebraico) é a universalização de um Deus, é o primeiro grito monogâmico religioso, é o monoteísmo da religião Judaica. Porque ele é, e é aquele que é, esse deus é único. *Eu sou* é Deus e não há outro deus além dele – a proibição do tabu, o não mencionar do nome do totem está imerso num profundo racionalismo que nega como particular algo que tudo cria. Não se pode chamar pelo nome a um totem como a um deus, como se faz a banais objectos que se cingem à nossa ordem e vontade. Ao nomearmos um objecto, ao darmos um nome a algo é um gesto de possessão, doravante essa coisa pertence-nos pois a mim ela deve a sua existência – assim é a grande problemática da Filosofia, a morte que será com, sabedoria, nossa.

O totem é um sistema primitivo tanto de religião como de sociedade. Mas até que ponto há uma diferença entre a família, a estrutura social e a religião?

Em todas as religiões existe o conceito de família, e talvez seja este o total significado, se nos aproximarmos do desamparo sentido pelo homem após esta saturação da sedentarização utilitária e do excesso de uma utopia tecnológica, este vazio a que tenta a emancipação teológica por uma antropologia secularizada!

O que foi a secularização para além de uma dispéptica morfogenia da *sagrada família*? O finalismo utilitário e materialista, o deus prótese do antebraço do princípio de realidade que promoveu os direitos individuais e exilou a união dos filhos de Deus. Já não somos irmãos mas indivíduos, cada um velando por si, pois que as chagas acutilantes não se resumem a três.

Mas seguindo o contexto deste trabalho a que me propus, acerca da obra *Totem e Tabu*, serei fiel ao seu desenvolvimento e conceituarei o aspecto social do totemismo onde a severa restrição perante os membros do clã forja uma protecção elíptica e etnocêntrica, como no exemplo da *guerra dos*

iluminados, onde é nítida a herança ocidental proibitiva das relações com membros do mesmo clã totêmico, isto é, a família que se origina no horror ao incesto, e este é um dos aspectos sociais mais importantes: a das relações matrimoniais que ainda nos chegam com considerável força.

Resumindo, este sistema compreende as relações mantidas entre os homens e as mulheres do mesmo totem (a organização totêmica e a proibição do incesto) e a regra que proíbe a morte (não matarás) e a ingestão (condenação, horror, repugnância da antropofagia) do seu animal (por vezes plantas) totêmico. Esta última – a restrição de não se alimentar do seu próprio animal totêmico – terá a ver com o facto observado pelo homem em relação ao comportamento dos animais que nunca se alimentavam dos da sua própria espécie – a sua transgressão, para o «selvagem», poderia representar uma ruptura na identificação com o totem, uma vez que cada clã se identificava com o animal do clã.

Freud aglomera as três teorias sobre a origem totêmica:

A teoria Nominalista: esta origem é atribuída à necessidade sentida pelos clãs de distinguirem-se uns dos outros pelo uso de nomes. Assim, neste nominalismo virá primeiro o totem como marca do clã, depois como nome do clã, posteriormente como nome de um ancestral de clã, e por fim como nome de algo adorado pelo clã. Isto servirá como justificação lógica para a perpetuação da importância do clã através das gerações. Assim, segundo esta teoria, o totem não seria uma necessidade religiosa do homem, mas uma necessidade prática, em que as características individuais dos indivíduos terão levado à comparação com o seu nome, que posteriormente foi transmitido aos seus descendentes e que, devido à imprecisão e inteligibilidade dessa conduta primitiva, terão interpretado esses nomes como prova de descendência dos animais verdadeiros, fazendo desses animais correspondentes aos nomes, animais totêmicos.

A teoria sociológica de Durkheim (1912): *O totem é o representante visível da religião social entre os povos relacionados com eles – corporifica a comunidade – que é o verdadeiro objectivo da sua adoração.*

Assim sendo, os instintos sociais do homem terão participado na formação das instituições totémicas, onde o nome de um certo animal estaria relacionado com um determinado clã, e isso serviria como distinção e união de uma formação grupal.

Neste ponto urge chamar a atenção para uma simetria imprescindível entre o princípio religioso e social relacionado com a cerimónia ritual do festim comestível que servia para aproximar e relembrar a coesão entre os membros do clã.

Porém, esta teoria tem um senão: o motivo atribuído ao totemismo é aqui demasiado «racional» e implica uma organização social demasiadamente complicada para ser descrita como primitiva.

A teoria Psicológica: esta teoria encontra um forte vínculo entre as religiões mais universais – a monoteísta judaica e sua afirmação cristã – em relação à cerimónia da eucaristia, onde é permitido comer o totem como forma de fortalecer a identificação com este, assim como a cerimónia essénica – a messiânica Ágape –, o amor.

Sinédoque

Freud dá-nos a meditar acerca da origem das restrições tanto endémicas como singulares, essas mesmo que servem de plataforma para a nossa organização e sustento como seres unitários e grupais e que formam uma transcendência à razão e vontade individuais.

Tanto o autor como antropólogos e etnólogos concordam na origem primitiva das prioridades consumadamente divinas e, *a posteriori*, das religiões. Porém, *a priori*, estas teriam razões mais sustentáveis e auto-reguladoras.

Diria que o totem é como o electrão que une o indivíduo neutrão às regras proibitivas;¹¹¹ e o tabu como os dois prótons que formam o átomo de união de um corpo (o corpo grupal).¹¹²

¹¹¹ Entenda-se esta proibição como princípio e o tabu como consequência efectiva.

¹¹² Nesta minha analogia com a física atómica fiz questão de me inserir na cronologia científica em que o autor kairológicamente estaria inserido, mais do século XIX e inícios de XX, e por tal evitar a elementarização mais profunda que esta teoria tem vindo a adoptar, como a “recente” teoria unificadora das cordas e supercordas, acerca deste interessantíssimo assunto ver GREENE, B. (1999). *O universo inteligente*. Lisboa: Gradiva.

Há sempre tendência em atribuir as leis a um princípio moral ou contratualista, porém nada de mais precipitado. Estas restrições eram práticas, como a exogamia, a monogamia e o tabu em relação ao que seria um atentado contra a colectividade.

Do totem como sistema social e inerentemente religioso, e do tabu como legislação de punição, edifica-se todo um conceito de comunidade que mais tarde dará as complexas sociedades.

A exogamia seria uma consequência inevitável dos princípios básicos do totemismo, e os tabus ligados aos totens proibiriam a manutenção de relações sexuais com uma mulher do mesmo totem (identificação grupal - geralmente sobre o cunho de um animal).

Porém, o totem é mais antigo do que a exogamia, esta parecendo ter um papel relativo a um costume que se terá perdido, pois tudo indica que haveria uma prática primitiva do casamento por captura (daí a palavra Exógamo), onde os homens se substancializariam no seu prazer através de esposas conseguidas noutro grupo que não o seu.

Mas o mais fascinante nesta predominância da exogamia é o facto de um costume ter uma razão causal, o que neste caso é sustentado por uma prioridade preventiva, pois a exogamia derivava do flagelo vivido pela escassez de mulheres no seio do próprio grupo, devido à prática de matar a maioria das crianças do sexo feminino à nascença, o que deixava o grupo deposto de mulheres com quem copular.¹¹³ Esta hipótese, levantada por McLennan, remete para traz a prioridade da proibição do incesto.

Porém há uma outra explicação, por Westermarck,¹¹⁴ que nos tira das águas práticas e nos leva para o campo cognitivo e simbólico, onde há uma aversão inata às relações sexuais entre as pessoas que vivem juntas com intimidade desde a infância. Nestes casos, todos os estímulos sensoriais foram amortecidos pelo uso, levados ao clima calmo da afeição, com privação da potência sexual. Porém, surge um desmentido nos dias que decorrem,

¹¹³ Na China, já milenar mas que ainda nos chega, também o sexo feminino é desprezado e indesejado, sendo em muitas partes, principalmente no campo, as crianças do sexo feminino abandonadas e deixadas a morrer pela sua incapacidade na labora em relação ao rapaz e pelo problema sexual que poderá vir a trazer a sua presença.

¹¹⁴ *Idem*

onde a mesma a aversão às relações com um companheiro de casa não impede que o horror ao incesto continue ávido.

A resposta surge ao lado de um utilitarismo finalista e ponderadamente consequencialista, onde não existe uma aversão inata (como a explicação cognitiva) ao incesto, mas sim uma propensão natural a cometê-lo, pois os impulsos não têm uma organização utilitária exterior, entregando-se ao momento e à satisfação directa e inconsequente.

A previsão, ponderação é o sustento do homem civilizado que acordou (um contracto mais profundo e legitimador do homem natural na sua passagem ao homem civil e social de Rousseau) em relação à cessação dessa satisfação, pois a conveniência da satisfação que alimenta a actividade psíquica inconsciente e provoca o movimento da pulsão seria nula e até destrutiva.

Chegou-se ao assentimento de que a satisfação do incesto seria maligna e prejudicial aos interesses da sociedade (entenda-se as *comunitas* primeiras), uma vez que o objecto da pulsão é aquilo em que a pulsão pode atingir o seu fim, a satisfação.

Encerrando esta problemática, direi que o impulso irresistível ao qual não se pode fugir (a sua origem é interna), só é possível se se suprimir a origem da excitação (geralmente de origem externa), uma vez que a pulsão como tal é insuprimível.

Terá a aversão sido anterior ao contrato? Terá o homem observado o perigo da endogamia como ameaça à raça através da observação dos defeitos na sua saúde e raça? Ainda hoje esse mito, ou teoria (a diferença está no utilitarismo determinista da ciência), é tido em conta, como relatado pelas impotência e problemas clínicos nas monarquias, como a hemofilia e outras degenerescência patológicas permutadas devido a uma circulação de perímetro genético¹¹⁵. Imaginemos o RNA- Ácido Ribonucleico -¹¹⁶ que é uma espécie de mordomo do Ácido Desoxirribonucleico -DNA- que faz transportar

¹¹⁵ Quis apenas fazer uma analogia com um sistema altamente inteligente e incomparavelmente técnico como é o caso da informação contidas no DNA.

¹¹⁶ Este RNA é “primo direito” do DNA” e representa a esperança para ultrapassar as rejeições registadas nas terapias genéticas onde repousava a também (já ultrapassada) esperança de deter as doenças reparando ou substituindo o DNA humano deficiente e, no caso das infecções, destruindo os genes vitais dos agentes patogénicos.

numa molécula de RNA, o mensageira -RNAm- a informação codificada do DNA quando um gene se dispõe a fabricar uma proteína, que após o abandono do núcleo liga-se aos Ribossomas -centrais produtoras das proteínas construídas - e este decifra a mensagem codificada na molécula mensageira do RNA, o RNAm, para que o terceiro RNA, (RNA de transferência) -RNAt- ligue de forma correcta a fileira de aminoácidos que formam a proteína em questão. Bom, o que pretendo metaforizar é que o importantíssimo papel deste «ajudante do DNA» -RNA- catalisa reacções biológicas e age como “interruptor de genes”, isto é, o RNA é um mecanismo de segurança muito mais selectivo e menos energético do que o contra-ataque das células desencadeado pelo INTERFERÃO, quando os genes dos vírus penetram no interior das células, esta interferência de RNA – iRNA – silencia, intercepta e destrói o RNAm (mensageiro) do transgressor mas sem perturbar a vida dos restantes genes, assim o que pretendo dizer é que aquilo que nos é familiar e intrinsecamente nosso é permitido, assim também as degenerescência genéticas quando perpetuadas por uma circulação de perimetro, ou seja, por essa aporia genética que era mantida nessa endogamia) potencializada pelos acordos matrimoniais geo-estratégicos, entre primos e primas, irmãos com os filhos das madrastas, etc.

Mesmo se houver esse mimetismo, a limpeza dos genes atrofiados não é conseguida. A evolução seria impossível se o mimetismo fosse regra.

E é neste ponto que Freud aplica o complexo de Édipo. Baseando-se no que disse o naturalista Charles Darwin sobre a dedução dos hábitos dos símios superiores, Freud chamará «horda primitiva» à família primeva, onde terá acontecido o maior trauma da ambivalência humana (ainda nítido nas neuroses obsessivas). Segundo Darwin, o homem vivia originalmente em hordas relativamente pequenas, dentro das quais o ciúme do macho mais velho e pujante fisicamente impedia a promiscuidades sexual entre os outros machos e as existentes fêmeas, contribuindo para uma repressão ou, melhor, para um recalçamento das representações ligadas a uma pulsão.

Havia, pois, o desprazer de ser sancionado pelo macho dominante ou pai primevo. Este macho guardava e zelava pela posse estritamente sua e não partilhável de todas as fêmeas existentes no grupo. Quando um macho

novo crescia, havia uma disputa pelo domínio e, numa lógica evolucionista, o mais forte saíria vencedor, matando ou expulsando os outros; estes últimos, após a expulsão, quando não conseguiam encontrar uma companheira, preveniam a endogamia dentro dos limites da família.

Segundo Atkinson, com o decorrer do tempo isto produziu uma lei consciente onde não deixava haver nenhuma relação sexual entre os que partilham um lar comum. Após o estabelecimento do totemismo, a fronteira desta lei teria sido alargada a quem partilhe o mesmo totem. Assim se conclui que a exogamia existia na prática antes de ser uma sanção sagrada totêmica.

Neste contexto da horda primeva onde o homem ainda não é assim formado, Freud fará a ponte entre o impulso libertino do homem primitivo e o da criança, assemelhando a desinibição das suas necessidades corporais com a dos animais de quem se encontram mais próximos, relativamente aos adultos que serão até plenamente estranhos a elas.

Édipo surge então como o núcleo das neuroses, o complexo onde a ambivalência do desejo e da proibição trava uma batalha emocional, patenteada nos selvagens na relação ao tabu dos seus líderes, e, no caso da criança, direccionada para o pai, por quem ela nutre afecto e admiração.

Esta ambivalência na criança em relação ao líder e seu guardião e protector deve-se ao facto de encarar o pai como um competidor pelos favores da mãe, pelo seu amor, disponibilidade e doação para quem são dirigidos os prenúncios dos seus desejos sexuais nascentes. A mãe é alvo de competição como objecto sexual, cujo opositor é o pai, o macho dominante e predominantemente mais robusto e forte.

O pai é temido, odiado, respeitado e venerado: ambivalência que é nuclear para um estado constante de conflito, a neurose.

Freud vai mais longe, levando a analogia da relação da criança com o animal totémico, assim como com o selvagem, dizendo que a criança alivia-se do conflito ambivalente para com o pai deslocando os seus sentimentos hostis e temerosos para um substituto: um animal (como nas fobias e neuroses infantis).

Assim, existe uma completa identificação da criança com o animal totémico e a sua relação ambivalente com este, à semelhança do selvagem.

A escolha do mito Grego de Édipo por Freud prende-se com o exemplo dos dois crimes cometidos pelo herói, que casou com a mãe (não ter relações com um membro do mesmo totem) e matou o pai (não matar o totem). Estes formam os desejos ambivalentes da criança, cuja repressão insuficiente formará o núcleo de todas as psiconeuroses (quando a origem da perturbação neurótica é psíquica e não somática, tendo sempre uma origem infantil).

Nesta batalha titânica com que se debate o homem dentro de si e para si com os outros, um outro concubinato apresenta-se, cuja importância é nuclear nas religiões: o sacrifício!

O seu significado original está no acto sagrado de oferecer à deidade com fim de ganhar o seu favor, sendo imperativo que todos os participantes tenham a sua parte da refeição – do animal oferecido –, a carne e o sangue. Esta era uma cerimónia pública, uma obrigação social em que se matava um animal e acentuava-se a mútua existência, dependência e coesão entre os membros do grupo e entre estes e o seu deus.

O acto de comer e beber juntos acentuava a proximidade entre os membros, pois o parentesco nada mais significa do que a participação numa substância comum (um homem é parte da substância da mãe, pois dela sai e do seu leite se alimenta e isto tinha um significado auxiliado pela própria vista. A criança sai de dentro da mãe, literalmente). Assim, se um homem partilhava uma refeição com o seu deus estava convicto de que eram feitos de uma só substância.

No acto sacrificial, a vítima não podia ser escolhida por um indivíduo ou um grupo, mas unicamente por todo o clã, que partilha a responsabilidade do acto de maneira a não haver crime mas sim salvação.

A excepção feita à morte e alimentação do animal totémico era controlada por um ritual e levada a cabo por uma concordância unânime de todo o grupo, cuja finalidade visava ao fortalecimento do parentesco entre os membros que ingeriam e assentiam a morte do totem no qual corria o sangue e a carne do deus do qual provinham. Sendo esta ingestão do próprio

deus, era como voltar para dentro deste, ou melhor assegurar-se que esse deus corria dentro de nós.

A unanimidade sem quaisquer simpatias por parte de qualquer membro para com a vítima, era o fundamento legal, a *conditio in quo* para que a morte do totem não fosse uma violação do tabu, mas apenas um fortalecimento dos vínculos parentescos dos membros com o seu deus, dos filhos com o seu pai, dos membros na sua comunhão.

Até neste ponto a propriedade privada é um histórico aparecimento, pois com o seu surgimento o sacrifício viria a ser considerado como doação à divindade, transferência da propriedade dos homens para deus.

O objectivo desta unanimidade é, com toda a força, renegar a responsabilidade pela matança do animal totémico, usufruindo para isto do acordo de todo o grupo. Isto é contemporâneo da lógica hipotético-indutiva e jurídica, onde tudo o que não é unânime é proibido ao indivíduo particular (matar não é permitido a ninguém de particular pois não é consentido pelo grupo unanimemente, mas comer é consentido individualmente pois é unânime a sua legalidade, salvas as excepções).

Nestas cerimónias sacrificiais imperava a união, a unanimidade e o sentimento festivo, que ainda nos chega, produzido pela liberdade de fazer o que é, via da regra, proibido. É este o caso do ritual sacrificial de adoração e devoção ao deus dos Gnósticos Fibionitas, que após estonteantes bacanais, ingeriam o esperma e o sangue menstrual e se acaso houvesse grávidas involuntariamente concebida nestes rituais, o seu embrião era partilhado numa refeição¹¹⁷.

Também neste ritual de sacrifício está a atitude emocional de ambivalência, pois o animal totémico é, na realidade, um substituto do pai.

Chegando, assim, à génese da proibição dos impulsos ambivalentes intrínsecos e a sua inevitável sublimação, recuaremos à horda primitiva em que o coito é negado pelo macho dominante, responsável biológico pelos machos novos. Esta negação é um recalçamento forçoso e consciente de algo tão primário quanto a vida, e direi até que foi esta negação por parte do

¹¹⁷ Embora pareça uma passagem de Sade no final da sua obra, *120 dias de Sodoma ou a escola da libertinagem*, a verdade é que se trata do relato de um bispo eclesiástico do século IV acerca de um ritual de um grupo judeu gnóstico (cf. ALLEGRO, J. M. (1999). *O mito cristão e os manuscritos do Mar Morto*. Págnas: 111 e 112).

macho dominante em relação à copulação com as suas fêmeas, que terá despoletado a primeira forma de união e concordância num fim em comum, uma unanimidade.

Após a expulsão do macho dominante, os irrequietos e metedidos jovens que atentaram contra o mais velho devoraram o «pai». Este era o modelo ambivalente, temido e invejado, pois após a sua morte todos os irmãos se uniram para o devorar. É a identificação primordial, constituinte do ser humano como tal.

A refeição totémica seria, assim, uma repetição e comemoração deste acto memorável. É ele que está na origem dos actos que se lhe seguiram, como a organização social, as restrições sociais e o fundamento das religiões.

Porém, na afeição nutrida como parte integrante do sentimento ambivalente, a admiração transformou-se em remorso, surgindo um sentimento de culpa (o pai morto tomou-se mais importante do que o pai vivo), que fez surgir a adoração do totem ou do deus, anulando assim o próprio acto.

Contudo, nem só o ressentimento fundamenta a lei contra o incesto. De facto, os desejos sexuais não unem os homens, mas dividem-nos. Após toda uma experiência de violência apocalíptica, os irmãos que se tinham unido contra o pai e contudo permaneciam rivais em relação ao domínio das mulheres, chegaram a uma alternativa com vista a poderem coabitar, que foi a imposição de uma proibição em relação à disputa pelas mulheres.

Deste sentimento de culpa primevo, criaram-se os dois tabus fundamentais do totemismo que correspondem aos desejos recalcados e ambivalentes do Complexo de Édipo, e que se tomaram nos dois crimes que a comunidade humana mais personifica e pessoaliza, procurando ocultá-los, renunciá-los, expulsá-los e punir exemplarmente quem destes faz seus.

A religião será então a reconciliação da culpa com o sucedido ao pai.

No sistema totémico é feito um pacto com o pai onde se reivindica a protecção, o cuidado e o perdão, em troca do respeito pela sua vida, onde se compromete a não repetir o acto que causou a destruição do pai real.

Mesmo com este remorso, os filhos continuam altivos, pois o ritual de expiação onde o culpado é morto de modo a acabar com a violência mimética, recorda o triunfo sobre o pai, através da repetição do crime.

A moralidade daí advéncia é apenas a penitência exigida pelo *sentimento de culpa*. Assim, toda a religião é fundada na *saudade do pai*. Mas com uma elevação mais séria, em que o pai outrora assassinado ascende à condição de Deus, cuja existência é muito superior à de toda a humanidade, e ao qual só poderemos chegar pela mediação de um escolhido.

Assim termino este trabalho, onde me propus abordar uma obra em que o mestre de Viena procura a origem da civilização, entendida, e muito bem, num contexto da moral pré-histórica. Apenas tentei me restringir ao texto e participar neste idiossincraticamente.